

Marcos Oliveira/Agência Senado

CON JUN TURA

ATUALIZE-SE
EM POUCOS
MINUTOS

REPUBLICANA

AGENDA CONSERVADORA

CONFLITO SIMBÓLICO E CONSOLIDAÇÃO DA REJEIÇÃO NO ELEITORADO EVANGÉLICO

P.3

TEMPERATURA DO CONGRESSO
**LEGISLATIVO REABRE
DEBATES ESTRATÉGICOS
NO PÓS-CARNAVAL** P.6

AGENDA DO PLANALTO
**LULA DEFENDE
REGULAÇÃO DAS BIG
TECHS EM CÚPULA
INTERNACIONAL** P.9

ACONTECEU NA FRB
**UM ANO DE GESTÃO:
RENATA SENE AMPLIA
HORIZONTES** P.12

VISÃO DO ESPECIALISTA
**ENTRE A LIRA E A LEI: O
EQUILÍBRIO DA GESTÃO
CULTURAL** P.16



2025 – Fundação Republicana

Brasileira (FRB) ©

Direitos reservados em conformidade
com a Lei nº 9.610/1998

PRESIDÊNCIA FRB:

Renata Sene (2025-2027)

GERÊNCIA FRB:

Gabrielle Assumpção

COORDENAÇÃO ASSESSORIA

DE COMUNICAÇÃO FRB:

Denise Matos



COORDENAÇÃO NÚCLEO DE

ESTUDOS E PESQUISAS (NEP):

Fábio Vidal

**CON
JUN
TURA**
ATUALIZE-SE
EM POUCOS
MINUTOS
REPUBLICANA

FICHA TÉCNICA | EDITORIAL

TEXTO:

Fábio Vidal – NEP/FRB

Pedro Mendes - NEP/FRB

Kamilla Dias – NEP/FRB

PROJETO GRÁFICO:

Igor Bessa

DIAGRAMAÇÃO:

Samuel de Paula – Ascom/FRB

REVISÃO/EDIÇÃO:

Tamires Lopes – Ascom/FRB

APOIO DE JORNALISMO:

Mazé Rodrigues – Ascom/FRB

MTB: 0014348/DF

FOTO ARQUIVO:

Carlos Gonzaga – Ascom/FRB



*Aprenda como o jogo
funciona **de verdade***

ASSESSORIA PARLAMENTAR E RIG

curso rápido
& gratuito

Inscreva-se agora

CONFLITO SIMBÓLICO E CONSOLIDAÇÃO DA REJEIÇÃO NO ELEITORADO EVANGÉLICO

O Carnaval de 2026 produziu efeitos políticos sensíveis ao governo em ano eleitoral

O desfile da Acadêmicos de Niterói, com enredo elogioso ao presidente da República e críticas simbólicas a conservadores, ocorreu quando o Planalto buscava reduzir resistências no eleitorado cristão.



Ricardo Stuckert

Os dados da Atlas Intel de janeiro e fevereiro de 2026 indicam deterioração gradual da imagem presidencial. A aprovação caiu de 48,7% para 46,6%, enquanto a desaprovação subiu de 50,7% para 51,5%. A oscilação é moderada, mas revela estagnação em patamar de polarização.

No recorte religioso, o dado estrutural é mais relevante. Entre evangélicos, segmento que mais desaprova o petista, a rejeição permanece consolidada em 74,2%, com aprovação em torno de 25%.

Diante desse cenário, em disputas competitivas e de segundo turno, crescer depende menos de mobilizar uma base já consolidada e mais de converter eleitores resistentes.

Paralelamente, sob a ótica conservadora, a ala “neoconservadores em conserva” do desfile reforçou a percepção de distanciamento entre o governo e os valores associados à família e à fé.

Isso evidencia que a distância não é apenas ideológica, mas identitária, o que eleva o custo político de qualquer tentativa de recomposição.

Ainda que o presidente tenha se desvinculado da concepção artística, a presença institucional e o financiamento público levantaram questionamentos quanto à neutralidade do Estado. Ademais, a judicialização no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) manteve o episódio ativo na agenda e ampliou o desgaste.

Esse movimento faz com que, ainda que eventuais punições se restrinjam a multas, o debate sobre propaganda antecipada e uso de recursos públicos permaneça na narrativa oposicionista.

O episódio evidencia que, em um ambiente polarizado, conflitos simbólicos com segmentos religiosos tendem a produzir efeitos eleitorais mais duradouros que oscilações conjunturais de aprovação. A consolidação da rejeição em um segmento estruturado amplia a dependência de eleitores voláteis, elevando a imprevisibilidade do cenário eleitoral ao longo do ano.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

LEGISLATIVO REABRE DEBATES ESTRATÉGICOS NO PÓS-CARNAVAL

O Congresso Nacional retoma os trabalhos após o Carnaval sob a expectativa de um início de ano legislativo mais intenso, marcado por pautas de impacto político, econômico e social

A agenda combina temas estruturais e sinaliza a tentativa de acelerar votações já nas primeiras semanas, movimento que pode redefinir o cenário da governabilidade em 2026.

Na Câmara dos Deputados, o presidente Hugo Motta (Republicanos/PB) busca acelerar a tramitação do acordo entre Mercosul e União Europeia. Resultado de mais de duas décadas de negociações, o tratado tem forte simbolismo para a política externa e para a inserção do Brasil na economia global.

Paralelamente, a PEC da Segurança Pública, relatada por Mendonça Filho (União/PE), deve avançar. A proposta prevê maior coordenação do governo federal no enfrentamento ao crime organizado, reacendendo o debate sobre competências federativas.

No campo trabalhista, duas frentes assumem protagonismo: a regulamentação do trabalho por aplicativos e o fim da jornada 6x1.

A possível votação do parecer sobre trabalhadores de plataformas digitais, sob relatoria do deputado Augusto Coutinho (Republicanos/PE), busca responder às transformações do mercado, especialmente na economia digital, ao equilibrar proteção social e dinamismo econômico.

Já o debate sobre a jornada 6x1 amplia a pressão por mudanças nas relações laborais. Embora tenha apelo social, a proposta gera preocupações quanto aos impactos sobre setores produtivos.

No campo da articulação política, o governo intensifica a liberação de emendas parlamentares para consolidar uma base mais estável antes do avanço de pautas sensíveis.

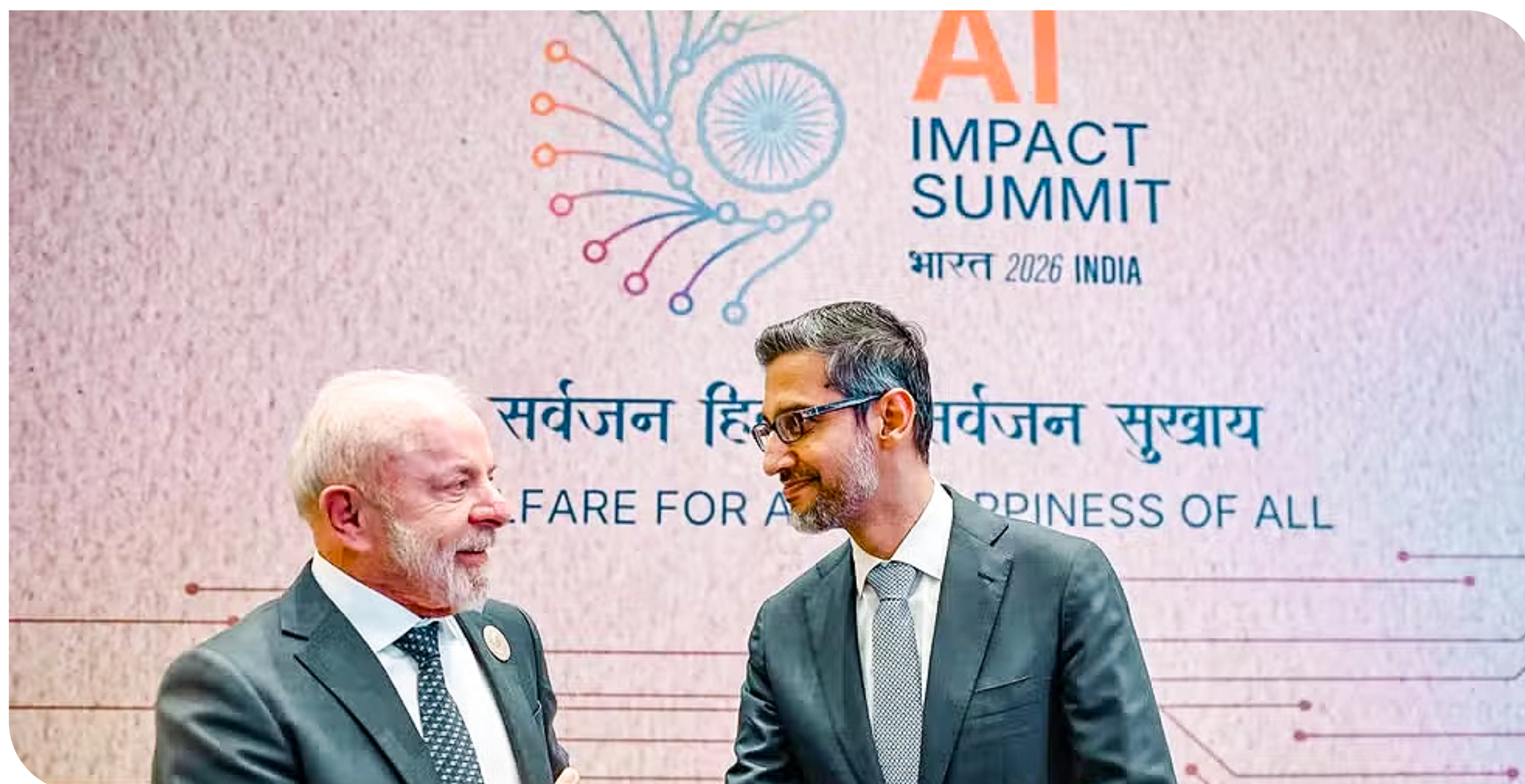
Mais do que o mérito de cada proposta, está em jogo a capacidade de articulação e construção de maioria no Congresso.

O ritmo das votações funcionará como termômetro da governabilidade em 2026, indicando se o governo manterá uma base coesa ou enfrentará maior fragmentação.

LULA DEFENDE REGULAÇÃO DAS BIG TECHS EM CÚPULA INTERNACIONAL

Durante a Cúpula sobre o Impacto da Inteligência Artificial, em Nova Deli, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) colocou a regulação das Big Techs no centro da agenda internacional brasileira

Ao defender uma governança global da IA sob coordenação da Organização das Nações Unidas (ONU), Lula alerta para os riscos à democracia decorrentes da concentração de dados e do poder das plataformas digitais.



Ricardo Stuckert

O movimento ocorre em meio a impasses no cenário doméstico, onde propostas de regulação enfrentam resistência de setores que apontam possíveis ameaças à liberdade de expressão.

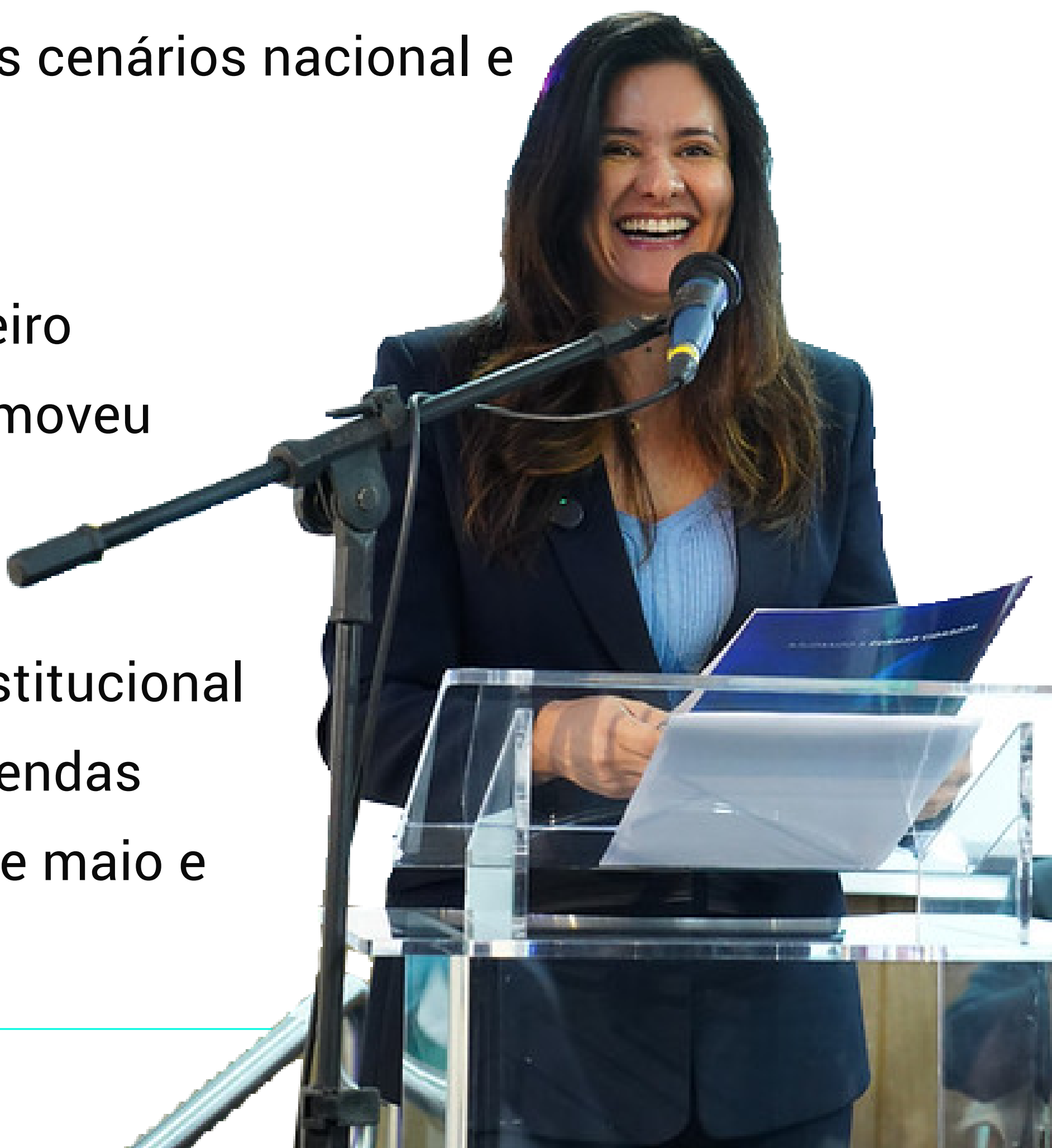
Ao internacionalizar o debate, o governo busca reposicionar o tema como questão de soberania e alinhamento global, reduzindo a polarização interna.

Politicamente, a estratégia reforça o protagonismo externo do Brasil e consolida uma agenda voltada ao enfrentamento da desinformação. O desafio será transformar esse discurso em avanços legislativos concretos, e a estratégia depende de avanços no Congresso para ganhar credibilidade externa.

UM ANO DE GESTÃO, NOVOS HORIZONTES: RENATA SENE E A FORÇA DE UMA LIDERANÇA QUE INSPIRA

Em 25 de fevereiro de 2025, a Fundação Republicana Brasileira (FRB) iniciou um novo ciclo com a posse de Renata Sene como presidente. Sétima dirigente da instituição e segunda mulher a ocupar o cargo, assumiu com o compromisso de ampliar o alcance da Fundação, fortalecer suas entregas e consolidar sua relevância nos cenários nacional e internacional.

Ao longo do primeiro ano, a gestão promoveu modernização de processos, fortalecimento institucional e expansão de agendas estratégicas. Entre maio e





novembro, o programa FRB Mobiliza – Comunicação e Liderança percorreu o país, capacitando lideranças em formato presencial e on-line.

No cenário internacional, Renata representou a FRB na 24ª Conferência do Observatório Internacional da Democracia Participativa, na Argentina; no Pan American Freedom Forum, em Orlando; e no 8º Fórum de Governos Locais e Regionais, na sede da ONU, em Nova York, participação inédita para uma fundação partidária brasileira.



A gestão também implantou o programa de Onboarding para colaboradores do Complexo Republicanos, relançou o CAM como Centro de Inovação Municipal (CIM) e lançou Cursos Livres com certificação da Faculdade Republicana, que firmou convênio internacional com a Universidade de Lisboa, ampliando oportunidades de cooperação acadêmica. Já na COP 30, a FRB apresentou o Caderno de Boas Práticas em Políticas Públicas.

Assistente social e ex-prefeita de Francisco Morato (SP), reeleita com 86,9% dos votos, Renata consolida uma liderança marcada por articulação, compromisso institucional e fortalecimento da

formação cidadã. Ao completar o primeiro ano à frente da FRB, reafirma o propósito de ampliar horizontes, fortalecer lideranças e preparar a instituição para desafios cada vez mais complexos, mantendo a Fundação conectada ao presente e comprometida com o futuro.

Por: Mazé Rodrigues – Ascom FRB

Fotos: Carlos Gonzaga

FRB INDICA

A obra *200 Termos para Entender Direitos Humanos* reúne definições e explicações fundamentais para a compreensão dos principais conceitos que estruturam o campo dos direitos humanos.

Os verbetes, apresentados de forma clara e acessível, dialogam com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e abordam temas como igualdade, dignidade, cidadania, discriminação, liberdade e justiça, oferecendo ao leitor um panorama consistente para a reflexão crítica e o aprofundamento teórico sobre o tema.



ENTRE A LIRA E A LEI: O EQUILÍBRIO DA GESTÃO CULTURAL

A gestão pública da cultura enfrenta desafios inéditos no cenário pós-pandemia, período que marcou severamente o setor como o “primeiro a parar e o último a retomar”. Somado a esse trauma histórico, o gestor lida hoje com a natureza viva da cultura: uma identidade em constante evolução e extremamente diversa, mesmo dentro de um único território

Um fator que não pode ser negligenciado pelo administrador público é o fenômeno da indústria cultural. Ele impõe um dilema estratégico: priorizar o entretenimento de massa, que movimenta a economia local de forma agressiva e gera capital

Foto: Arquivo FRB



Isabel Cardoso é jornalista, publicitária e especialista em Gestão Cultural. Delegada na IV Conferência Estadual de Cultura de SP e parecerista de editais (ProAC e PNAB). Atualmente, é consultora do Centro de Inovação Municipal (CIM) da Fundação Republicana Brasileira (FRB).

político imediato, ou investir nas pequenas expressões que fundamentam a autêntica “Cultura Local”.

Conciliar a demanda da classe artística com o desejo da massa já seria um desafio complexo, mas a burocracia estatal torna o processo ainda mais árduo. Existe uma relação de “água e óleo” entre a escuta ativa das necessidades artísticas e a linguagem engessada dos departamentos públicos.

Entre o planejamento e a concretização de ações reais, o gestor percorre a longa jornada das dotações orçamentárias e das rígidas exigências de contratação. Frequentemente, a linguagem fria e objetiva das leis conflita com a subjetividade e o talento imensurável da linguagem cultural.

Encontrar o ponto de equilíbrio para que ações híbridas atendam a essa multiplicidade é o grande “X” da questão. A cultura na gestão municipal não pode mais ser reduzida ao

conceito de “pão e circo”. Ela já deu provas de sua força como motor de geração de emprego e renda, suplementando a economia local de forma direta e indireta.

Investir em cultura deve transcender vieses ideológicos ou propriedades partidárias. Os números comprovam: o fomento cultural é, acima de tudo, um investimento estratégico na cadeia produtiva da Economia Criativa. Enxergar a cultura como ativo econômico é o passo definitivo para uma gestão pública moderna e eficiente.

As opiniões expressas neste texto são de responsabilidade exclusiva do autor e não refletem, necessariamente, a posição institucional da Fundação Republicana Brasileira (FRB).



AJUDANDO A FORMAR CIDADÃOS

CONTATO@FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR

SIGA A FUNDAÇÃO REPUBLICANA
BRASILEIRA NAS REDES SOCIAIS



WWW.FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR